

A NATUREZA URBANIZADA, A INVENÇÃO DOS “ESPAÇOS VERDES”*

Françoise Choay

Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama

A vegetação foi parte integrante da cidade européia desde suas origens. A horticul-tura e a criação de animais, em permanente regressão após a idade clássica, aí se man-tiveram contudo até o início do século XX, inclusive nas grandes metrópoles como Londres e Paris.

Quanto aos jardins de divertimento (monásticos, reais e patrícios), vindos de tradições italianas, árabes, francesas, eles conheceram, sem dúvida, seu apogeu e sua maior extensão nos séculos XVII e XVIII. Os ingleses inventaram o parque paisagístico urbano em Bath, no final do século XVII. No decorrer dos anos 1830, Nash e Repton deram-lhe sua forma definitiva. Mas tratava-se aí de realizações privadas. Da mesma forma, a praça [*square*] urbana desenvolvida em Londres a partir do modelo do Covent Garden (Inigo Jones, 1680) era o complemento privado de um urbanismo residencial original: só os habitantes dos edifícios que cercavam seus quatro lados possuíam a chave e o prazer.

Na cidade européia da época pré-industrial, os passeios ou parques públicos eram uma raridade. É certo que a Coroa britânica havia aberto o Hyde Park em Londres desde 1635, depois St. James ao longo da primeira metade do século XIX, e sobretudo arrumado o Regent's Park para este fim. Mas a freqüentação desses espaços do West End era o apanágio da alta sociedade. Mais populares, alguns locais de prazer ajardi-nados (Vaux Hall, Ranelagh, Marylebone) tinham alguns homólogos (Tivoli, Bagatelle,

* La nature urbanisée. L'invention des "espaces verdeyants". *La ville, art et architecture en Europe, 1870-1993*, p. 61-62, Paris, Centre Pompidou, 1994.

Hanovre) em Paris, onde, fora os *boulevards* plantados instalados no lugar das antigas fortificações, o Passeio da Rainha, doação de Maria de Medicis, constituía, na prática, o único passeio aberto a todos. Em Berlim, Lenné havia planejado o Tiergarten desde 1818 instigado pelos soberanos prussos.

A criação sistemática de espaços verdes públicos nas cidades européias é obra da segunda metade do século XIX. Ela é consequência direta da revolução industrial e de seu impacto sobre a urbanização e os fluxos demográficos: crescimento exponencial da população das metrópoles e das cidades industriais, antigas ou novas, com a constituição de um proletariado urbano proveniente do êxodo rural; inadaptação das estruturas tradicionais e degradação das condições sanitárias; início de uma mutação de uma escala das vias, das parcelas e da construção. Os espaços verdes públicos respondem então, em primeiro lugar, a uma exigência de higiene. Eles são também decorrentes de uma preocupação de “moralização das classes laboriosas”. Entretanto, sua institucionalização e sua generalização os tornarão freqüentados por todas as classes sociais. Eles contribuirão, ao mesmo tempo, para a metamorfose física da cidade européia e para a emergência de uma nova urbanidade. A invenção dos parques e dos passeios públicos é antecipada, antes da metade do século, por alguns casos pontuais. Em Copenhague, o parque de atrações de Tivoli (mais de oito hectares) abre em 1843, graças à iniciativa de Georg Cartensen. Sobretudo, o Parlamento inglês promulga o primeiro ato visando à aquisição de um terreno para um parque público popular, que o célebre jardineiro urbanista Joseph Paxton planeja e conclui em 1847 para a cidade industrial de Birkenhead, perto de Manchester. Caracterizado por seu traçado pitoresco, pela separação das circulações (a pé, a cavalo, de carro) e pela integração de áreas de jogos (*cricket* e tiro ao arco), o parque de Birkenhead tornou-se logo modelo. Imitado em Glasgow, Leeds, Halifax, ele foi admirado e estudado pelos especialistas do mundo inteiro, desde F. L. Olmsted – que dele se inspirou para o Central Park – até Ernout e Alphand, que o reproduziram em seu *Art des jardins* (1868).

Todavia, como o nota G. F. Chadwick, “os parques públicos ingleses são uma idéia vitoriana realizada após 1850”. Durante seu exílio na Inglaterra, o futuro Napoleão III conheceu essencialmente os parques aristocráticos do West End. E, se os parques e passeios realizados em Paris sob o seu reinado foram inspirados pela anglofilia do Imperador, se eles não deixam de carregar a marca do “jardinesco” inglês, eles não deixam de oferecer um caráter bem diferente das realizações inglesas.

Assim, desde o final dos anos 1850, dois modelos de espaços verdes urbanos são elaborados, respectivamente na Grã-Bretanha e na França. Eles serão difundidos pela Europa, onde cada país os combinará e os interpretará segundo sua própria engenharia.

O modelo inglês funda-se sobre uma simulação do campo, cujos fragmentos pitorescos são incorporados à cidade. Os animais domésticos (carneiros, vacas, cavalos) têm aí seu lugar. A ambientação natural requer uma apropriação do espaço pelo corpo inteiro, o público é convidado a se deitar sobre os prados e a cavalgar nos caminhos. O parque é sinônimo de esporte e de jogo, de cultura do corpo.

Em Paris, Haussmann, seguido pelo engenheiro Alphand, cria um modelo mais complexo, resolutamente urbano e urbanizado, solidário de sua abordagem global da cidade. Ele a concebe, de fato, como um conjunto de sistemas interconectados: sistema de vias, de adução de água potável, de evacuação das águas, de respiração. Este último consiste em uma hierarquia de diversos tipos de “espaços verdejantes” – a expressão é de Haussmann –, divididos de maneira homogênea sobre toda a cidade: bosques periurbanos (Boulogne e Vincennes), parques intra-urbanos fechados por grades, dos quais Montsouris e as Buttes-Chaumont, ambos criados *ex nihilo* em bairros desfavorecidos; jardins (em número de 24) de dimensões mais modestas, cercados, implantados em espaços residuais, muitas vezes na confluência de vias múltiplas; jardins abertos, entre os quais os Champs-Élysées são o exemplo ideal; praças plantadas, e enfim árvores de alinhamento que margeiam todas as vias, que têm, no mínimo, vinte metros de largura e cujas essências são escolhidas com cuidado segundo os diferentes contextos.

No conjunto destes espaços, os elementos naturais são ostensivamente urbanizados, marcados por dois tipos de objetos artificiais, cujo *design* – a concepção e a produção em série – é confiada aos serviços públicos da cidade, sob a direção de dois arquitetos de renome, Davioud e Hittorf. De um lado, em todos os níveis do sistema pulmonar, a vegetação está associada a um mobiliário muito diversificado, cujos materiais leves (madeira e metal) e o estilo lúdico vêm em contraponto à massa lítica da cidade e a pontuam inteiramente, conferindo-lhe uma nova unidade da qual parques e passeios se tornam parte integrante: coretos para música, restaurantes, balcões para vendedores de doces e brinquedos, abrigos contra a chuva, cestos de papel, painéis de avisos, mas também colunas Morris, bancas de jornal, bancos, e um conjunto de candelabros.

De outro, cada unidade do sistema vegetal está marcada e circunscrita por diferentes tipos de galões metálicos: cercas rendadas em volta dos parques e jardins (*squares*), galerias de ferro fundido cercando os gramados e grades ao pé de árvores alinhadas os designam igualmente como peças do jogo urbano.

A implantação homogênea e judiciosa do equipamento urbano combinatório, que o associa aos festões metálicos vindos da mesma estética, cria na superfície da cidade uma nova escala de planejamento e de referências, moldura de uma proximidade social banida por novas dimensões das vias e dos edifícios. Longe de se reduzir a um dispositivo higiênico, a natureza urbanizada da Paris haussmanniana persegue a tradição do jardim à francesa: ela introduz na cidade um espetáculo inédito – César Daly falava de uma “ grande ópera urbana” –, um espetáculo ao qual desta vez todos estão convidados a participar, atores e espectadores ao mesmo tempo: escutam-se os concertos dados nos coretos, admiram-se as flores, mas também o desfile dos cidadãos. Consume-se e olha-se os outros consumirem, e, às vezes, encontram-se as pessoas. Os contemporâneos não se enganaram a respeito, mesmo os mais hostis ao regime. Em 1867, no *Paris Guide*, George Sand fez o elogio dos jardins e dos passeios públicos, onde as classes populares se iniciarão à beleza, e Alphonse Karr vê nas praças lugares de reencontros e de contato onde se reconstituirá a vida de bairro destruída pela nova urbanização.

Se os bosques peri-urbanos não têm em Paris o mesmo sucesso popular que em Viena ou Berlim, se eles permanecem durante a semana o encontro mundano que deveriam descrever Proust e Dufy, os passeios dos bulevares ou dos jardins abertos confrontam no anonimato todas as classes da sociedade; e aí respira-se a mesma atmosfera cosmopolita como, em breve, em Viena, nos jardins do Rhing, ou um pouco mais tarde, em Praga. Quanto aos parques e às praças, eles juntam as gerações e socializam as crianças. “Salões de verde” dizia Alphand: é bem assim que serão percebidos pelos pintores intimistas, tais como Vuillard e Bonnard, ou que, bem depois do Proust dos Champs-Élysées, na véspera da Segunda Guerra Mundial, *O Encantador* de Nabokov verá o parque Monceau.

Apesar da invasão do automóvel e da disseminação das periferias, a urbanidade e a beleza introduzidas pelos espaços verdes públicos inventados no século XIX sobreviveram até os anos 1960. Depois, elas foram progressivamente apagadas da cidade europeia. E Paris, em particular, não soube depositar no tesouro patrimonial este grande legado do Segundo Império.